



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640173 - SP (2021/0013613-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL BIDOIA DONADE - SP302518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAIQUE BRISOLLA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAIQUE BRISOLLA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2282975-66.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 27.11.2020, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*; e 34, ambos da Lei n. 11.343/2006. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública.

O impetrante sustenta o excesso de prazo na prisão cautelar e no oferecimento da denúncia, pois encontra-se segregado há mais de 50 dias e ainda não foi denunciado pelo Ministério Público, em manifesta violação ao art. 46, *caput*, do Código de Processo Penal.

Assevera que a inexistência dos laudos periciais demonstram a incerteza acerca da prova da materialidade do delito, sendo devido o relaxamento da prisão preventiva.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que o acusado é primário, com bons antecedentes, possui residência fixa e trabalho lícito, devendo, portanto, ser revogada a custódia cautelar, a fim de que possa responder ao processo em liberdade.

Destaca a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal em favor do acusado.

Defende o deferimento da prisão domiciliar, com base na Recomendação CNJ n. 62/2020, com a finalidade de impedir o contágio pelo novo coronavírus nos presídios.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão cautelar ou a sua revogação com ou sem a imposição das medidas diversas. Alternativamente, o deferimento da prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para que seja confirmada a liminar requerida, a fim de que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 97):

Pois bem. Analisando a decisão que manteve o réu

no cárcere, não há nada a ser alterado. Mesmo levando-se em conta os efeitos da crise sanitária, a medida é a mais adequada para garantir a ordem pública, porquanto, em liberdade, o indiciado a coloca em risco, agravando o quadro de instabilidade que há no país, pois cultivava grande quantidade de drogas e, ao menos nesse momento processual, a apreensão de balanças de precisão indicam a gravidade de sua conduta.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência